



### A NORMA LINGUÍSTICA E AS GRAMÁTICAS DA RAE: UM ESTUDO CONTRASTIVO

Leandro Silveira de Araujo (UFU)  
[araujoleandrosilveira@gmail.com](mailto:araujoleandrosilveira@gmail.com)

Fernanda Silva Freitas (UFU)  
[fernanda.s5@hotmail.com](mailto:fernanda.s5@hotmail.com)

**RESUMO:** Neste artigo, buscamos descrever as concepções de língua e norma linguística que são veiculadas em gramáticas produzidas pela Real Academia de Española (RAE) – instituição fundada na Espanha, no início do século XVIII, cuja missão principal é a “defesa da unidade da língua”. Foram feitas análises de excertos de dois manuais da instituição, a saber: *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (1982) e *Nueva gramática de la lengua española - Manual* (2010). Na análise, buscamos identificar de qual concepção de Norma Linguística o discurso normativo da RAE mais se aproxima, observando tanto os capítulos introdutórios quanto um capítulo com descrições propriamente ditas. Apresentaremos, aqui, os resultados obtidos ao longo do projeto, que mostraram uma aproximação maior à visão mais prescritiva do termo norma, apesar de todo o projeto de pan-hispanismo que teve como evento importante a publicação dessas duas obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Norma linguística; Gramaticografia; Real Academia Española; Espanhol.

**ABSTRACT:** In this paper, we describe how concepts such as ‘language’ and ‘linguistic norm’ are presented on the grammars produced by *Real Academia Española* (RAE) – an institution founded in Spain in the 18th century who claims to have the mission of “defending the unity of the language”. We made an analysis of two books published by RAE: *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (1982) and *Nueva gramática de la lengua española - Manual* (2010). In the analysis, we seek to identify from which conception of Linguistic Norm the normative discourse of RAE comes closest and we have done that by studying the introductory chapters and a chapter with grammatical content from both publications. Here, we present the results of this research, which showed that the content of both of RAE’s books has more closeness to a more prescriptivist vision of said concepts, even though they are a direct result of the whole pan-hispanic politics promoted by the academy.

**KEYWORDS:** Linguistic norm; Grammaticography; Real Academia Española; Spanish.

#### 1 Introdução

Diante do amplo cenário de discussão que envolve o conceito de norma linguística e os desdobramentos resultantes da relação do homem com a linguagem em forma de instrumentos normativos (gramáticas) é que se insere a temática deste trabalho, o qual visa identificar as concepções de língua e de norma linguística veiculadas por manuais gramaticais produzidos pela Real Academia Española (RAE).

Em última análise, avaliamos se o conceito de língua promulgado por esses manuais se aproximam mais da ideia de *norma linguística* – sob a perspectiva de Coseriu (1962) – ou de *norma exemplar/padrão*. Por conseguinte, desejamos entender quais são as implicações dessa visão para o tipo de língua apresentado em suas páginas. Em outros termos, este estudo teve como objetivo geral:

- Conhecer as concepções de língua e norma linguística presentes em manuais gramaticais da língua espanhola elaborados pela RAE.

Nosso interesse se justifica pela análise que fazem alguns manuais de registro da língua espanhola produzidos pela entidade autodenominada “tutora” da língua no mundo hispânico: a Real Academia Española (RAE). Ao apresentar-se como referência para a “descrição” da língua castelhana, cabe refletir sobre como ocorre o processo de registro da língua e sobre qual idioma se apresenta em suas páginas, isto é, como a heterogeneidade linguística própria da língua espanhola é abordada. Essa discussão é especialmente importante dada a circulação desse material entre estudantes e pesquisadores do espanhol. Assim, ao estabelecer essa perspectiva comparativa entre “norma” e “uso”, encontramos a oportunidade para refletir sobre os efeitos dessa aproximação (ou distanciamento) no processo de ensino de línguas.

A fim de alcançarmos os objetivos expostos, assumimos como procedimento de análise uma pesquisa documental que compreende a análise e o cotejamento de duas gramáticas da língua castelhana produzidas pela RAE: *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (RAE 1982) e manual da *Nueva gramática de la lengua española* (RAE 2010).

## 2 Língua, Norma e Gramática: apreensões teóricas

A fim de melhor realizar a análise dos manuais pautados, devemos antes esclarecer o que entendemos por **língua**, **norma** e **gramática**, uma vez que serão conceitos recorrentes ao longo dessa discussão e que, como outros termos e conceitos dentro da Linguística, podem apresentar mais de uma definição, a depender da base



teórica adotada por quem os define. Segundo Bagno (2014), língua é o conjunto de representações simbólicas do mundo físico e do mundo mental que:

- 1) é compartilhado pelos membros de uma dada comunidade humana como **recurso comunicativo**.
- 2) se organiza fonomorfofossintaticamente (sons + palavras + frases) segundo **convenções** firmadas ao longo da história dessa comunidade,
- 3) coevolui com os desenvolvimentos cognitivos e os desenvolvimentos culturais dessa comunidade, sendo então sempre **variável e mutante**, um processo nunca acabado.

Interessa-nos de modo especial o item (3), que versa sobre a mutabilidade da língua, posto que se trata de uma característica que normalmente não é muito explorada nos instrumentos de gramatização – como os dois manuais da RAE analisados neste estudo. De fato, ainda é recorrente nas esferas cotidianas de interação a ideia de que a língua é um sistema fixo e, conseqüentemente, o papel das gramáticas seria exatamente o de orientar o falante quanto a quais comportamentos linguísticos deve-se apresentar para alinhar-se ao chamado “bom falar”, isto é, para seguir a “norma”. Trata-se de uma visão que não reconhece outras variedades como igualmente válidas, o que leva a parecer plausível que em um manual caiba toda uma língua, sem necessidade de constante atualização e revisão.

No entanto, mesmo a dita “norma” não possui apenas uma definição e pode levar a conceitos deveras divergentes. Eugenio Coseriu (1962) a define como o meio termo da clássica dicotomia saussuriana “langue-parole”. Em suas palavras, temos que norma linguística é:

[...] un sistema de realizaciones obligadas, de imposiciones sociales y culturales, y varía según la comunidad. Dentro de la misma comunidad lingüística nacional y dentro del mismo sistema funcional pueden comprobarse varias normas (lenguaje familiar, lenguaje popular, lengua literaria, lenguaje elevado, lenguaje vulgar, etcétera). (COSERIU, 1962, p. 98)

Desse modo, nos deparamos com um conceito que não se limita à ideia de norma do senso comum, mas que diz respeito a todo comportamento linguístico reconhecido e verificável em uma comunidade de fala. Não se leva em conta apenas o que é prestigiado ou mais socialmente aceito, mas sim todas as escolhas que se repetem e são utilizadas pelos componentes de dita comunidade. Posto que são várias as possibilidades de contextos de fala e dada a heterogeneidade que é própria de uma sociedade, pode-se dizer que muitas são as normas que coexistem em uma mesma língua. É o que nos explica Aléong (2011):

Nesta concepção de sociedade [heterogênea], as normas sociais ou regras do comportamento são variadas e relativas. Variadas porque os agrupamentos constitutivos da sociedade também são variados, e relativas porque os juízos de valor só têm significação em relação ao grupo ou ao conjunto de referência no qual se situam os indivíduos. (ALÉONG, 2011, p. 145)

Portanto, a norma linguística pode ser entendida como resultado de uma “hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a ‘conveniência’ de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística” (ALÉONG, 2011, p. 148) e é tida pelo falante como um ‘norte’ quanto a quais formas eleger de modo a ser compreendido no meio em que se encontra. Assim, não se trata de classificar as variedades de uma língua em melhores ou piores, mas sim segundo sua adequação ao que é pedido pelo contexto de cada situação.

Por outro lado, numa perspectiva menos científica, também se pode definir norma linguística de outra maneira, sendo essa mais próxima do que se entende comumente por constituir os manuais gramaticais. Trata-se de uma variedade em específico da língua, tida pela sociedade como exemplar e que é recomendada a ser usada em contextos de maior prestígio ou maior monitoramento da fala. Segundo Aléong (2011), temos aqui uma norma que seria “imposta por todo um aparelho prescritivo como a língua de referência pela qual deve se medir todos os comportamentos” (p. 148) e que “classifica todas as outras formas possíveis no domínio do erro e incorreções” (p. 148).

Observamos nessa definição de norma uma variedade que não é tão facilmente verificável no cotidiano, mas apenas em “circunstâncias que pedem um uso refletido ou monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública” (ALÉONG, 2011, p. 149) e que, não obstante, é imposta artificialmente como o ideal a ser utilizado nessas situações anteriormente descritas, ainda que seja desconhecida pelo falante.

Para Faraco e Zilles (2017, p. 12), essas duas definições de norma são apresentadas como **geral**— referente a qualquer variedade da língua cujo uso é verificável — e **específica**— que diz respeito a uma variedade imposta e que é entendida como ideal a ser seguido pelos falantes de uma língua. Em sentido geral, a norma “cobre o **como se diz** numa determinada comunidade de fala” e, em sentido específico, “se refere ao **como se deve dizer** em determinados contextos”. Assim, entende-se que a definição mais geral retrata a “realidade linguística em sua variabilidade, em sua fluidez” e, portanto, trata-se do que é **normal** no sentido matemático, isto é, referente à frequência do uso dessas formas pelos falantes de uma comunidade de fala. Por outro lado, a definição mais específica aponta a tentativa de “normatizar o comportamento linguístico dos falantes”, trabalhando com um ideal de língua que serve como régua e, portanto, trata-se de uma definição que nos “remete ao que é normativo, preceituado, prescritivo”. Ainda sobre essa última perspectiva normativa, os autores afirmam que:

A “norma normativa”, por sua vez, não é propriamente uma variedade espontânea da realidade linguística. Ela é, de fato, um construto, um conjunto de preceitos padronizadores com os quais se busca homogeneizar o uso linguístico em determinados contextos num esforço sócio-histórica e culturalmente motivado para manter um controle sobre a heterogeneidade e a mudança inerentes a qualquer língua. (FARACO, ZILLES, 2011, p. 20)

No caso das duas gramáticas que aqui analisamos, o *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (1982) e o manual da *Nueva gramática de la lengua española* (2010), esperamos identificar qual a concepção de norma assumida e a que papel normativo se propõem. Dado o tom prescritivo que é característico da Real



Academia Española desde sua fundação, é esperado que isso reflita em uma preferência pela norma normativa, ainda que os dois manuais sejam, como veremos em seguida, o reflexo de uma tentativa de melhor representação da realidade da língua espanhola.

Outra diferenciação interessante nas abordagens do termo norma é a que diz respeito à “norma culta” frente às variedades estigmatizadas. Segundo Faraco e Zilles (2011), “norma culta” não é uma expressão equivalente a “norma normativa”, mas sim designa o comportamento linguístico apresentado pelos indivíduos ditos cultos em uma sociedade. Por isso, está melhor definida se a consideramos como mais uma “norma normal”. Quanto à similaridade semântica, a “norma normativa” aproxima-se mais do termo “norma padrão”, que tampouco é uma das normas verificadas na língua, mas um construto que vem para servir de referencial para certos contextos de fala. A “norma culta” se opõe, desse modo, às variedades estigmatizadas<sup>1</sup>, outras normas da língua que não recebem uma avaliação tão positiva. Ao contrário, seu emprego em determinados contextos é recebido com reprovação e pode ser entendido preconceituosamente como uma falta de domínio do idioma por parte do falante.

A relação desse fenômeno com as gramáticas da RAE se dá de uma maneira deveras intensa posto que, hoje em dia, suas publicações (como dicionários, gramáticas e ortografias) têm um valor tão grande na comunidade hispanofalante que é comum que alguns cheguem a usá-la como referencial para determinar se uma palavra ou estrutura existe ou não na língua espanhola. Assim, se na nova GRAE houver essa atenção a variedades menos prestigiadas do espanhol, principalmente do espanhol americano, elas podem adquirir um status diferente, de maior validação, por terem sido “incorporadas” ao que a academia entende por norma culta.

Por fim, quando se tenta definir **gramática**, percebemos a existência de mais de uma conceituação. Segundo Antunes (2007, p. 26), o termo pode ser definido como:

---

<sup>1</sup> Termo proposto por Marcos Bagno, para substituir a expressão “norma popular”. Para “norma culta”, Bagno propõe o uso de “variedades prestigiadas”.

- 1) as regras que definem o funcionamento de determinada língua, ou seja, o conhecimento internalizado que o falante possui.
- 2) as regras que definem o funcionamento de determinada norma, como em: "a gramática da norma culta", por exemplo;
- 3) uma perspectiva de estudo, como em: "a gramática gerativa", "a gramática estruturalista", "a gramática funcionalista"; ou de uma tendência histórica de abordagem, como em: "a gramática tradicional", por exemplo";
- 4) uma disciplina escolar;
- 5) um "livro, como em: 'a *Gramática* de Celso Cunha.

A autora pontua ainda que essas cinco definições aportam a coisas diferentes que "coexistem sem problemas", mas que devem ser observadas cada uma com suas particularidades.

Quanto à última definição, que é a que melhor se aplica ao foco desta pesquisa, Antunes comenta que esta pode adquirir um caráter mais prescritivo - isto é, apresentando uma série de regras fixas consideradas fundamentais para quem deseja "falar corretamente" - ou mais descritivo, tendo maior preocupação em apresentar a estrutura da língua como ela é, como ela acontece de fato. Assim, uma gramática pode ter diversos enfoques, seja apresentando a língua como "sistema ideal" ou documentando usos reais de falantes - ressaltando a heterogeneidade da língua e sua capacidade de mudança ou chamar a atenção para regras fixas nela existentes etc.

De todo modo, é importante sempre ter em conta que a gramática se trata de um livro, isto é, um produto humano e, portanto, não se deve toma-la como detentora da verdade absoluta sobre a língua. Segundo Antunes (2007, p. 33), "[...] as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas. Portanto, optar por uma gramática é, sempre, optar por uma determinada visão de língua".

Este é um argumento interessante para o presente trabalho, uma vez que trabalhamos com dois manuais cuja autoria - a Real Academia Española - tem um nome muito forte enquanto referência na Língua Espanhola, consolidado por tradição há mais de 200 anos. Tal força pode fazer com que o indivíduo se esqueça que, apesar do nome na capa, ainda se trata apenas de um manual e, portanto, de uma visão recortada da Língua Espanhola.

### 3 Real Academia Española: esboço de sua história

A *Real Academia Española* (RAE) foi fundada em 1713, na cidade de Madri, durante o reinado de Felipe V e a partir da iniciativa de Juan Manuel Fernández Pacheco y Zúñiga. Na página *web* dedicada à história da instituição (RAE, 2013), lemos que sua fundação teve a Academia Francesa como inspiração e seu propósito era trabalhar “a serviço do idioma espanhol”. Dois anos depois, foram publicados os primeiros estatutos fundacionais, nos quais se estabeleciam os famosos encargos da RAE, resumidos no lema “*limpia, fija y da esplendor*” que figurava, inclusive, no brasão da instituição.

Tais estatutos apresentam, de maneira evidente, o propósito dos fundadores de prezar pela “pureza” da língua. No Capítulo I do estatuto de 1715, é pontuado que cabe a ela:

[...] [desterrar] todos los errores que, en sus vocablos, en sus modos de hablar, o en su construcción ha introducido la ignorancia, la vana afectación, el descuido, y la demasiada libertad de innovar; será su empleo distinguir los vocablos, frases o construcciones extranjeras de las propias, las anticuadas de las usadas, las bajas y rústicas de las Cortesanas y levantadas, las burlescas de las serias y finalmente las propias de las figuradas. (RAE, 1715, p. 11)

Nesse trecho, vemos que se trata de um propósito com viés nitidamente prescritivo, em que há uma compreensão de norma como normativa, isto é, o dever da instituição seria direcionar os falantes ao “*bon usage*” da língua espanhola, apontando-lhes os “erros” a serem evitados, como estrangeirismos, por exemplo.

Ainda na página *web* da RAE, lemos que ela, desde seus primórdios, tem se dedicado a “*preservar – mediante sus actividades, obras y publicaciones – el buen uso y la unidad de una lengua en permanente expansión y evolución*”. Esse objetivo (pontuado nos estatutos de 1993) mostra um sutil reconhecimento do caráter mutável da língua espanhola. No entanto, posiciona-se como a instituição que, a despeito do

movimento de mutação inerente à língua, deve se colocar como preservadora da “unidade” e do “bom uso”. Em outros termos, seria a função da Real Academia Espanhola justamente combater aquilo que é natural à língua.

Desenvolvida durante os anos de 1726 e 1739, a primeira obra de referência publicada pela RAE foi o ‘*Diccionario de Autoridades*’ – compilado, em 1780, como volume único. Tratou-se uma produção feita sem qualquer outro manual que lhe servisse de ponto inicial de trabalho e, segundo Asencio (2008), considerada a de maior necessidade e urgência a ser feita naquele momento. Cabe pontuar que já se pensava nesse projeto mesmo antes da aprovação dos Estatutos de 1715.

Esse dicionário teve centenas de edições com acréscimo de novos termos, de localizações diatópicas e de adaptações para facilitar a compreensão em cada época. Com o tempo, passou a se chamar *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE) e foi se configurando como o dicionário de referência para a norma-padrão do espanhol no mundo, como observa Asencio (2008). Além disso, o ‘*Diccionario de Autoridades*’ segue sendo utilizado como referência na produção de dicionários acadêmicos até hoje.

Já com essa concepção de instrumento de referencial linguístico, em 1741 é publicada a primeira *Ortographia española* acadêmica, que passa por várias edições tanto no século XVIII quanto no XIX. Em especial, desde a edição de 1959, passa a se apresentar como “pan-hispânica” e não mais como apenas espanhol – postura resultante das políticas linguísticas desenvolvidas pela *Asociación de Academias de Lengua Española* (ASALE)<sup>2</sup>. É também de 1741 um registro de projeto daquela que viria a ser a primeira gramática de língua espanhola da RAE (GRAE): a *Gramatica de la lengua castellana*, publicada apenas em 1771. Desde essa data, já foram publicadas mais de quarenta edições da obra, além de compêndios e manuais destinados a uso escolar (RAE, 2013).

---

<sup>2</sup>Agrupação fundada em 1951 com o objetivo de, segundo nos apresenta a página *web* da RAE sobre suas políticas pan-hispânicas: “[...] *fijar la norma común sobre léxico, gramática y ortografía para todos los hispanohablantes*”.

Até 1962, a primeira GRAE recebeu novas edições, totalizando 34 em 160 anos. No entanto, as últimas (1959 e 1962) são reimpressões das alterações feitas na edição de 1931. A considerável quantidade de edições de gramáticas publicadas nesse período de tempo parece indicar que se tratou de um recorte temporal com intensa produção de gramáticas. Segundo explica Fríes (1989, p. 85 *apud* ASECIO, 2008, p. 37), muitas vezes as mudanças realizadas de uma edição a outra eram pequenas e nem sempre no conteúdo, mas apenas na contracapa, resultando em críticas e certo descrédito da relevância da Academia enquanto autoridade na delimitação dos temas gramaticais. Um exemplo de crítica da época, referente à GRAE de 1796, pode ser visto a seguir:

Aquel cuerpo [a RAE] ha renunciado á sus derechos, contentándose con celar débilmente de los fueros de la Ortografía; por manera que desde 1796 no corrige su gramática i la deja imprimir por codiciosos especuladores, que la alteran sin tino i sin otro propósito que la ganancia. I en tal descredito ha caído, que al escoger la dirección de estudios española un texto para la enseñanza, sin recordarla siquiera, contrajo su exámen á las de los Sres. D. Vicente de Salvá i D. Pedro Martinez Lopez. (GONZÁLEZ, p. 1849 *apud* ASECIO, 2008, pp. 39-40)

Posteriormente, veio a tona o *Esbozo de Una Nueva Gramatica de La Lengua Española*, em 1973. Essa obra não foi considerada pela Real Academia Española como a gramática sucessora da GRAE-1931, como bem evidencia a *Advertencia* apresentada logo no começo de dito manual:

La Real Academia Española saca a luz este Esbozo – su mismo título lo anuncia – como un mero anticipo provisional de la que será nueva edición de su Gramatica de la Lengua Española. [...] POR SU CARÁCTER, PUES, DE SIMPLE PROYECTO, EL PRESENTE Esbozo CARECE DE TODA VALIDEZ NORMATIVA. (RAE, 1982, p. 5)

Contudo, seu êxito ficou evidenciado por suas 22 reimpressões até o ano de 2005, o que mostra que, por mais que a instituição tenha chamado a atenção à “carência de validez normativa” (que, por sua vez, é justificada pelo fato de este ser “provisório”),

os aportes antecipados pela Comissão de Gramática possuíam autoridade suficiente para serem tomados como guia e referência pela comunidade por mais de 30 anos.

O *Esbozo*, segundo Asencio (2008, p. 51), representa o primeiro passo da RAE em direção a um modelo não mais eurocêntrico de gramática de língua espanhola, posto que uma de suas mudanças diz respeito à introdução de variantes hispano-americanas em seu cânon de autoridades da Língua Espanhola – 54 exemplos referentes a 27 autores hispano-americanos – e, ademais, as particularidades do Espanhol falado na América são apresentadas sem valor pejorativo, indicando apenas seu âmbito de uso.

Essa nova abordagem é concretizada por meio da publicação da *Nueva gramática de la lengua española*, lançada entre os anos de 2009 e 2011, e separada em três volumes: morfologia, sintaxe e fonética e fonologia. Tendo um manual que se propôs a sintetizá-la publicado em 2010 – alvo de nossa atenção.

No que diz respeito à definição de gramática, houve certas mudanças, ainda que sutis, nos manuais da RAE. Asencio (2008, p. 43) aponta quatro distintas propostas nas edições publicadas entre 1734 e 1931: (i) *el arte de hablar y escribir bien*; (ii) *[el] arte de hablar bien*; (iii) *el arte de hablar bien / el arte de escribir correctamente*; e (iv) *el arte de hablar y escribir correctamente*. Essas estruturas nos chamam a atenção em alguns pontos, como no uso da palavra “arte” e principalmente por denunciarem o caráter normativo adotado pela instituição espanhola, por meio do uso de expressões como “*hablar bien*” ou “*hablar y escribir correctamente*”.

#### **4 Análise dos dados**

De modo a observar como se dá o discurso normativo da Real Academia Española nos dois manuais, focalizamos nossa análise no prólogo/introdução e o capítulo referente ao uso dos pronomes tratamento, isto é, formas utilizadas pelo falante para dirigir-se àquele com quem se fala. Uma vez que não é possível apresentar aqui uma análise dos manuais em sua totalidade, separamos essas duas seções como amostra. Os capítulos introdutórios foram escolhidos por trazerem o objetivo das gramáticas e

sua estrutura geral e o capítulo das formas de tratamento, por sua vez, por tratar de um tópico com forte variação diatópica e social. Em seguida, apresentamos os resultados desta análise.

#### 4.1 Prólogos

No *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, não há um prólogo propriamente dito, mas uma seção chamada “*Advertencia*” que aparece logo ao início e tem o papel de introduzir o conteúdo e objetivo do manual ao leitor. Nessa advertência, os dois tópicos principais são: (i) alertar que o *Esbozo* não é considerado pela RAE como a obra sucessora oficial da última Gramática de la lengua española (GRAE-1931) e (ii) informar quais câmbios estruturais ocorreram entre a última GRAE e o *Esbozo*. Já no primeiro parágrafo lê-se que:

La Real Academia Española saca a luz este Esbozo -su mismo título lo anuncia- como un mero anticipo provisional de la que será nueva edición de su Gramática de la Lengua Española. La finalidad primordial de esta publicación es la de reunir los materiales que la Comisión de Gramática de esta Academia ha preparado como base de la futura Gramática, con objeto de someterlos al Pleno de la propia Corporación, sin cuyo refrendo no podrá tener carácter oficial, y conocer la opinión de las Academias de la Lengua asociadas a la Española. [...] POR SU CARÁCTER, PUES, DE SIMPLES PROYECTO, EL PRESENTE Esbozo CARECE DE TODA VALIDEZ NORMATIVA. (RAE, 1982, p. 5, grifo do autor)

É possível observar que, apesar deste manual representar o início de uma mudança importante na história das gramáticas da Real Academia Española, por ser a primeira elaborada junto a academias de Língua Espanhola de outros países, a autoridade maior segue emanando da RAE. Isso é perceptível já no início, ao fazer referência à gramática como sua e apresentar, em um primeiro momento, as contribuições de outras academias membro da ASALE como apenas um parecer quanto ao que já foi elaborado (“*conocer la opinión de las Academias de la Lengua asociadas a la Española*”).



Nota-se que o motivo apresentado para tal “invalidez” não encontra apoio estritamente linguístico. Dita insuficiência normativa é atribuída à ausência de uma validação por parte de um órgão de autoridade dentro da Academia. Esse comportamento evidencia como se constrói a postura normativa, dado que vai ao encontro do que explicara Faraco e Zilles (2011, p. 45). Para quem o processo de gramatização extrapola os limites linguísticos e alcança sustentação na esfera sócio-política:

Qualquer hierarquização entre as variedades [constitutivas de uma língua] (e entre as línguas) se dará por razões não linguísticas. Serão valores socioculturais e políticos que vão introduzir um desequilíbrio numa realidade que intrinsecamente não é desequilibrada. (FARACO, ZILLES, 2011, p. 45)

Deste modo, entende-se que para ser considerado válido e passível de ser utilizado como referência da língua espanhola nos termos da RAE, não é suficiente considerar apenas os aspectos dessa língua trazidos pelo manual, mas ainda sua aprovação por parte do *Pleno de la Academia*, ou seja, um grupo de integrantes da RAE responsável por analisar este projeto quando esteja em sua versão final e determinar, segundo seus critérios, se possui ou não validade normativa. Por outro lado, parece que a advertência da ausência de uma suposta autorização normativa pela instituição não é suficiente para que o usuário da língua considere o *Esbozo* como uma referência para o idioma, fato que se mostra evidente na expressiva quantidade de reimpressões - 22, mais especificamente - que teve a obra desde sua publicação, em 1973, até o ano de 2005.

A condição provisória, como é chamada na *Advertencia*, é utilizada como justificativa para certos aspectos do manual que podem chamar a atenção do leitor, como, por exemplo, a diferença de estilo de escrita entre uma parte da gramática e outra, ou a divisão irregular entre os tópicos linguísticos abordados. Tanto assim que afirma:

[...] la doctrina contenida en las dos primeras [partes] tendrá en el texto definitivo redacción más accesible al lector no especializado. Asimismo se advertirá en este Esbozo cierta desigualdad en el desarrollo de diferentes materias [...]. (RAE, 1982, p. 5)

Nesse mesmo trecho, é mencionada também a aparente falta de atenção às variedades empregadas pelos hispanofalantes da América Latina, também justificada pelo caráter provisional do manual e por insuficiência de informações. Mais precisamente, quanto a sua descrição e justificativa, lê-se:

[...] una aparente falta de atención a variedades lingüísticas de diverso tipo propias de los países americanos, que no es debida sino a información insuficiente en cuanto a su extensión y aceptación en las distintas zonas. De las Academias asociadas espera la Española reunir las noticias precisas que habrán de colmar estas lagunas, hasta hoy insalvables. (RAE, 1982, p. 5)

Assim vemos outra menção às demais academias de língua espanhola, dessa vez apresentando um papel de complementação do material com informações provenientes do uso da língua espanhola em seus respectivos países. É pertinente, portanto, uma verificação na versão final desse manual, de modo a ver como se deu tal colaboração, se foi suficiente, quais países e formas são mencionadas etc.

Em seguida, são consideradas numerosas as mudanças estruturais ocorridas para o *Esbozo*, em comparação ao modelo presente na até então mais recente GRAE. Pontualmente, os câmbios ocorridos foram: (i) o conteúdo anteriormente reservado à seção de “*Analogía*” corresponde agora à de “*Morfología*”; (ii) as seções “*Prosodia*” e “*Ortografía*” tiveram seus conteúdos alocados em uma seção chamada “*Fonología*”; e (iii) a parte de “*Sintaxis*” permaneceu com o mesmo título, sofrendo alterações apenas em seu conteúdo.

As seções de *Fonología* e *Morfología* são as que sofreram mais alterações, segundo o texto (RAE, 1982, p. 5). Dessas mudanças, nos interessam algumas ocorridas na seção de *Morfología*, mais especificamente a adição de um capítulo sobre as formas de tratamento, que também constituem objeto de análise e comparação, por razões já mencionadas anteriormente. No tocante às mudanças feitas na parte de *Sintaxis*, nos chamou a atenção o seguinte trecho: “*Entre las novedades de la Sintaxis figura la supresión de los capítulos obedientes a conceptos hoy superados, sobre los ‘Casos’, la*



'*Sintaxis figurada*' y los '*Vicios de dicción*'.'' (RAE, 1982, p. 6, grifo nosso), por indicar uma sutil constatação do dinamismo da língua espanhola, ao promover a remoção de certos conteúdos de uma gramática por já estarem “superados”, isto é, em desuso.

Por fim, é reservado um curto parágrafo para constatar a mudança realizada na composição do *corpus* de referência literária, mudança esta que se pode observar “*no solo en esa tercera parte, sino a lo largo de todo el presente Esbozo*”: ao contrário da gramática anterior, agora o *corpus* apresenta referências de autores posteriores ao século XIX e de outras nacionalidades, além da espanhola. Segundo a instituição, tal complementação se dá para “*recoger mejor todo lo que es lingüísticamente español en el tiempo y en el espacio.*” (RAE, 1982, p. 6). Tal frase de encerramento aponta para uma tentativa de compilar, em um único manual, toda informação linguística possível sobre a língua espanhola e também denota certo anseio de unificação da língua; ainda que esteja se referindo à adição de vozes de outras localidades e de outros períodos históricos, tudo isso parece se dar para compor algo uno, que seria a língua espanhola.

Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre o *Manual de la Nueva Gramática de la Lengua Española* (2010), encontramos um Prólogo mais extenso (com quatro páginas), em que se descreve brevemente o processo de produção da gramática atual, desde a década de 1970; as mudanças estruturais e de conteúdo ocorridas entre a GRAE-1931 e a GRAE-2010 e as fontes utilizadas para a elaboração desse manual. Em seguida, há uma página destinada apenas para apresentar em quais aspectos essa publicação se difere da versão completa.

Quanto ao discurso normativo nessa seção da gramática, destacamos aqui três tópicos que são recorrentes ao longo da construção do texto e que corroboram para delimitar qual parece ser o posicionamento da *Real Academia Española* diante da dinâmica da língua que se dispõe a descrever. São eles: (i) a importância dada à “unidade” da língua espanhola, (ii) o sentido adotado para o termo “norma” e (iii) a separação implícita, no texto, entre RAE e ASALE.

O primeiro tópico tem relação direta com a noção de panhispanismo advogada pela RAE desde a década de 1950, em que têm início as políticas linguísticas da

*Asociación*. Esse projeto, que tinha como objetivo aumentar a visibilidade das variedades alternativas ao espanhol peninsular, culmina na publicação na atual GRAE que, para os autores, “*no es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica* [...]” (RAE, 2010, p. 42, grifo nosso). Nota-se claramente, nesse trecho, a importância dessa publicação e do conteúdo nela retratado.

No entanto, o grande diferencial de incluir – ou dizer ter incluído – outros retratos do uso da língua espanhola não parece ter sido destacado totalmente por sua grandeza, em termos de reconhecimento de outras culturas e formas de expressão igualmente válidas, mas como uma peça chave para validar essa GRAE como autoridade máxima na descrição do espanhol, uma vez que, de acordo com o texto:

[...] a diferencia de otras lenguas europeas, el español carecía de una ‘gramática de referencia’ en el sentido de una descripción exhaustiva del idioma basada en citas textuales [...] (RAE, 2010, p. 42).

Desse modo, a busca por uma descrição fidedigna de todas as realidades em que se fala espanhol não teria fim em si mesma, mas em um projeto maior de retratar a suposta “unidade” da língua. O seguinte trecho ilustra bem o quão importante é, para a Academia Española, essa unidade:

Tiene por ello más sentido la opción que aquí se elige: describir de manera pormenorizada las numerosas estructuras que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y presentar separadamente las variantes de esta o aquella región de América o de España. **Esta manera de proceder no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye a enriquecerla** [...]. (RAE, 2010, p. 42, grifo nosso)

Assim, ao separar um fragmento do texto para clarificar que a abordagem descritiva escolhida não interfere no argumento de unidade, a RAE denota que essa é sua maior preocupação. No antepenúltimo parágrafo do prólogo, em que se versa sobre

a manifestação de um “*propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con el objetivo supremo de servir a la unidad del español.*” (RAE, 2010, p. 44), isso se mostra ainda mais claro.

No que se refere ao segundo tópico destacado, temos a variação de sentidos do termo “norma” ao longo do texto. Esse tópico conversa diretamente com o anterior, uma vez que, ainda que sejam trazidas definições que reconhecem a necessidade de múltiplas referências, como em “*Se parte aquí del principio de que la norma tiene hoy carácter policéntrico. [...] No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de nuestra lengua.*” (RAE, 2010, p. 42), vemos que há uma predominância do emprego desse termo com o sentido de normativo mesmo nesses momentos e que, mais precisamente, não se trata de uma referência a qualquer norma senão da idealizada norma da língua espanhola.

A última ocorrência de “norma” no prólogo se dá num parágrafo em que a RAE reafirma a autoridade atualmente conferida às gramáticas publicadas pela instituição:

“La gramática académica ha sido y es considerada generalmente ‘gramática oficial’. La Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las veintidós Academias que integran la Asociación, por lo que sus recomendaciones normativas cuentan con el respaldo de esta institución internacional, sustentada en la autoridad que los hispanohablantes le reconocen en lo relativo a la fijación de la norma. (RAE, 2010, p. 44)

Aqui, vê-se novamente a norma entendida em sentido de algo ideal e, mais que isso, ela é descrita como se estivesse contida na *Nueva gramática de la lengua española* (2010), por ter o respaldo da ASALE e da tradição advinda de edições anteriores. Nesse parágrafo temos evidência do último tópico – a diferença hierárquica implícita entre RAE e ASALE. Ao consultar a página *web* da *Asociación*, observa-se que são 23 as academias que a compõem. No entanto, o texto menciona as “*veintidós Academias que integran la Asociación*”, sem um ‘também’ ou qualquer marcador que indicasse a inclusão da Academia Española nesse grupo, o que já é uma sutil demonstração de que a



RAE não considera estar em mesmo nível que as demais academias que compõem a ASALE.

Outros exemplos mais claros aparecem ao longo do texto, com o uso de “*la RAE y la ASALE*” ao versar sobre a norma entendida no manual – “*Los acuerdos de la RAE y de la Asociación de Academias plasmados en esta obra...*” (RAE, 2010, p. 43) –, também em um dos últimos parágrafos, já mencionados anteriormente, é descrito como “*La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española*” agradecem o trabalho de todos os envolvidos no projeto de elaboração dessa gramática. Além disso, no parágrafo de informações sobre a primeira data de publicação prevista para a GRAE-2010, novamente se lê essa construção.

Tamanha é a evidência desse comportamento que já foi, inclusive, noticiado por outros pesquisadores. Acerca desse tema, Del Valle (2014, p. 101) comenta:

Por mucho que se insista en la relación de igualdad entre academias y en la autoría colectiva de todas las obras normativas, no es la ASALE quien las firma, sino la RAE y la ASALE, indicio claro de la persistencia de una estructura jerárquica en la que la Española ocupa un lugar superior. (Del Valle 2014: 101, apud Moskowitz, Barcía 2017: 4)

Portanto, vemos que é comum nos dois prólogos tal discurso, ainda que seja mais sutil no *Esbozo* (1982). Além disso, quando comparados, é notável que o *Manual* (2010) apresenta uma quantidade maior de detalhes e informações gerais sobre a obra, por ser a versão finalizada. Mais pontualmente, foi observado que nela se encontram mais informações tanto sobre o histórico até a publicação oficial da gramática quanto sobre outros aspectos de igual relevância, como o conceito de norma entendido pelas instituições e informações mais detalhadas sobre os *corpora* utilizados –tanto literários como não literários.

Seu antecessor, por outro lado, apresenta conteúdo bem mais breve e objetivo, o que tem sentido, dado seu caráter provisional. Nele, há um foco maior em advertir sobre o fato de ser um esboço e em apontar quais os câmbios ocorridos desde a GRAE-

1931. Notamos também menos informações sobre os *corpora* utilizados e a ausência de discussão sobre o que se entende por norma ao longo do manual.

Em seguida, temos os resultados da segunda parte de nossa análise, em que comparamos o conteúdo dos dois manuais sobre as formas de tratamento.

#### 4.2 Formas de tratamento

A parte reservada às formas de tratamento encontra-se em seções diferentes nos dois manuais. No *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española* (1982), foi colocada ao final da seção de Morfologia, enquanto que, na *Nueva gramática de la lengua española* (2010), encontra-se na seção de Sintaxe. Sua estrutura, no entanto, é similar nos dois manuais e aborda, basicamente, os mesmos tópicos, com algumas diferenças apresentadas a seguir.

Está presente, nos dois manuais, uma definição sobre as formas de tratamento. No entanto, a explicação apresentada no *Esbozo* é mais truncada, está precedida por um tópico sobre as mudanças de pessoa: “*A estas diferencias [de cortesía] y a la variedad de sistemas que ellas suponen alude el término de tratamiento, en su acepción más restringida y gramatical, con que se las designa.*” (RAE, 1982, p. 336). Já a definição da GRAE-2010 é mais clara, mas transmite essencialmente a mesma ideia:

Se llaman FORMAS DE TRATAMIENTO las variantes pronominales que se eligen para dirigirse a alguien en función de la relación social que existe entre el emisor y el receptor (tú, usted, vos, os, le, te etc.). Se incluyen también entre ellas los grupos nominales usados para dirigirse a algún destinatario, tanto cuando constituyen formas genéricas del trato cortés (don Francisco, señor Martínez) como cuando se eligen en función de la posición del destinatario en alguna jerarquía (Su Majestad, Vuestra Ilustrísima, Su Señoría, Su Eminencia, Su Santidad). (RAE 2010: 321)

Como bem se observa, nela há menção à variação de formas de tratamento, atribuindo a escolha entre as formas à “*relación social que existe entre el emisor y el receptor*”. Além disso, traz mais exemplos que o texto do *Esbozo* para as formas



mencionadas, o que torna o texto mais acessível para leitores que não estejam familiarizados com tais conceitos.

A explicação do *Esbozo* (1982) apresenta uma abordagem mais histórica e filológica e, inclusive, nomeia os pares de formas de tratamento pronominais mais recorrentes como paradigmas - “*Paradigma de segunda persona*” (*tú-vosotros*) (p. 337), “*paradigma de tercera persona*” (*usted-ustedes*) (p. 343) - e os apresentam na forma de casos, tal como no latim. Essa organização não está presente na GRAE-2010, que não lista pontualmente todas as formas dos pronomes de tratamento, mas, por outro lado se dedica aos contextos em que os falantes elegem uma ou outra em específico:

*En el uso de los tratamientos intervienen circunstancias sociales y situacionales de tipo diverso que pueden variar dependiendo de áreas geográficas y comunidades particulares. Los factores que condicionan su elección se pueden agrupar en torno a dos polos que podrían denominarse TRATO DE CONFIANZA O DE FAMILIARIDAD y TRATO DE RESPETO. Hay que advertir, no obstante, que la distribución de los tratamientos es más compleja de lo que estos rótulos sugieren, ya que la confianza ha de interpretarse a veces como la simple voluntad de acercamiento, y el respeto como el deseo de mantener cierta distancia. (RAE 2010: 322, grifo do autor)*

A inclusão desse parágrafo traz duas mudanças significativas na relação com os pronomes de tratamento. Em primeiro lugar, expõe os fatores sociais e geográficos que podem causar variação e, em segundo, diferencia não mais em **cortesia** e **descortesia**, mas sim em tratamento de familiaridade ou respeito, sendo aquele adotado como sinônimo de informalidade e intimidade e este, de formalidade e afastamento. Há, no entanto, uma breve explicação que alerta que tais polos não são de tão simples separação. Além do amadurecimento linguístico e incorporação de novos enfoques teóricos, esses câmbios ilustram uma maior aceitação da dinâmica da língua espanhola do que o que se observa no texto do *Esbozo* (1982), o que inclusive é evidente se comparamos o que cada um dos manuais comenta sobre as formas de tratamento “*tú*” e “*usted*”.

No *Esbozo* (1982), há um longo e único parágrafo que discorre sobre as diferenças entre essas duas formas, apontando a existência de três usos para “tú” - um para a intimidade, um popular e um aristocrático. Quanto ao “usted”, no entanto, a discussão começa por afirmar que “*El tratamiento con usted, una pieza importante todavía en la vida de relación española, ha sufrido algunos retrocesos en lo que va de siglo.*” (RAE, 1982, p. 344, grifo nosso) e segue apontando contextos em que antes era comum o emprego de *usted* e já na época de redação do manual vinha sendo substituído por “tú”. Tais descrições são muito generalizadas, como em “*Las mujeres sin íntima amistad se tutean y se han tuteado siempre con más facilidad que los hombres.*” (RAE, 1982) e não trazem fonte nem localização geográfica de onde esses usos foram verificados, mas que parecem reportar à realidade da Espanha.

Por sua vez, no manual da nova GRAE (2010), as afirmações são mais detalhadamente descritas e tratam brevemente sobre diversas situações em que pode haver diferença de sentido se o falante opta por uma forma ao invés da outra. Além disso, apresentam maior informação sobre em qual região acontecem os fenômenos descritos (mas ainda sem muita especificação), como no trecho:

Es habitual en el español actual el trato de tú (o de vos, según las zonas) entre parientes cercanos, si bien aún persiste en el español americano (y, en menor medida, también en el europeo) el trato de usted dirigido a los padres, a los abuelos o a los padres políticos. (RAE, 2010, p. 322).

Também há um segmento que tenta explicar esse movimento de maior preferência por “tú”, mas aqui aparece justificado por “[...] *el auge de los movimientos políticos igualitarios como por la estimación que se concede hoy al hecho mismo de ser joven.*” (RAE, 2010, p. 322). Nesse parágrafo, não se fala de um retrocesso do uso de “usted”, igual ao *Esbozo*, mas sim em um “*desarrollo del tratamiento de familiaridad*”.

O pronome *vos*, por sua vez, tem descrição para sua forma “reverencial”<sup>3</sup> e não “reverencial” em ambos manuais. Se, por um lado, não se nota mudanças tão significativas na descrição da forma reverencial, por outro, a forma não reverencial sim as apresenta. O conteúdo sobre o “*vos*” não reverencial (chamado “*voseo americano*”) no *Esbozo* é trazido em uma abordagem mais filológica, por meio de uma breve descrição sobre seu surgimento “*Ocurrió, pues, un hecho insólito: la fusión de los tres paradigmas españoles...*” (RAE, 1982, p. 344) e também uma descrição sistemática da forma dita “*más frecuente*” do *voseo*, que se pode identificar como a variante rioplatense. Há, ao final, uma menção a outras formas, além de uma explicação histórica para o fato de algumas regiões terem conservado o *voseo* e outras não; ambos tópicos levantados sem maior aprofundamento.

Na *Nueva gramática* (2010), encontramos, já no começo, uma definição bem clara do *voseo*:

Se llama VOSEO al uso del pronombre *vos* como forma de tratamiento dirigida a un solo interlocutor, así como al empleo de las varias desinencias que reflejan lo rasgos gramaticales de este pronombre en la flexión verbal. (RAE, 2010, p. 324)

Em seguida, é apresentada uma separação dos diferentes tipos de *voseo* de acordo com a flexão: “*voseo flexivo (antiguas desinencias de plural)*”, que pode ser pronominal (*vos tenéis, vos tenés, vos tenís*) ou não pronominal (*tú tenés, tú tenís*) e o “*voseo no flexivo*”, que somente se apresenta no pronome (*vos tienes*). Os dois parágrafos seguintes trazem informações sobre o uso do *voseo* nos diferentes países da América e sua situação sociolinguística em alguns deles, isto é, por quais grupos sociais é utilizado e em quais países, bem como qual a avaliação social desse uso. Não se trata de uma explicação muito extensa e detalhada, mas já reporta uma quantidade maior de

---

<sup>3</sup> O uso “reverencial” do pronome *vos*, segundo a RAE (2010, p. 323), era uma forma de tratamento própria do espanhol medieval, utilizada tanto para vários destinatários quanto para apenas um. Neste último caso, tratava-se de um uso formal que foi substituído por ‘*vuestra merced*’ e, posteriormente, por ‘*usted*’.



informações do que as presentes no *Esbozo* sobre esse mesmo assunto, como bem se observa no trecho:

Así, el voseo flexivo no pronominal ha estado tradicionalmente más desprestigiado en Chile que en el Uruguay, mientras que este país rechaza más que la Argentina o que los países centroamericanos el voseo en subjuntivo. (RAE, 2010, p. 325)

Por fim, outra parte que sofreu significativa alteração foi a de outras formas de tratamento, normalmente compostas de pronome possessivo mais um substantivo que marca autoridade, como “*su majestad*”, “*vuestra Excelencia*”, bem como outros substantivos que são usados como apelativos, como “*señor/señora/señorita*”. No *Esbozo*, há uma categorização dessas formas nominais, dividindo-as em construções que tem “*un nombre sustantivo de persona como núcleo*”, construções em que “*el sustantivo de la fórmula es un nombre abstracto femenino heredado del latín en la mayor parte de los casos, que designa virtud [...]*” (RAE, 1982, p. 341) e construções que foram formadas de acordo com algum dos padrões anteriores, mas que passaram a ser usadas para designar papéis sociais em específico.

Já no texto da nova GRAE, essas estruturas são todas definidas como grupos nominais: “*Es un rasgo común de las lenguas romances el usar grupos nominales contruidos con posesivos en lugar de pronombres de segunda persona para dirigirse al interlocutor.*” (RAE, 2010, p. 323). A explicação segue, apontando quais as variações existentes para essas estruturas (seja na escolha dos pronomes ou de concordância verbal) e também descrevendo algumas mudanças no uso, como é o caso da diferença entre “*señora*” e “*señorita*”.

### **Considerações finais**

Assim, vemos que as definições trazidas no *Esbozo* (RAE, 1982) ainda tem muita proximidade ao modelo de sua antecessora, a GRAE-1931, ao trazer uma abordagem predominantemente histórica. Além disso, observamos pouca ou nenhuma informação sobre a origem geográfica dos fenômenos linguísticos apresentados. Já a



*Nueva gramática de la lengua española - MANUAL* (RAE, 2010), por outro lado, são encontradas explicações mais objetivas, com informações históricas trazidas separadamente e apenas quando são consideradas relevantes para compreender o funcionamento do fenômeno linguístico que está sendo descrito. Há, nela, mais dados que antes sobre a distribuição geográfica dos fenômenos descritos, mas sem tanto aprofundamento.

O discurso normativo prescritivista parece ter sido “suavizado” do *Esbozo* à nova GRAE, uma vez que são removidas descrições como a do aumento do uso do pronome “tú” que era tratado como consequência de um retrocesso. No entanto, apesar dos esforços, ainda há uma tentativa de apontar, na gramática, a uma variedade que seria a ideal para a língua espanhola, algo que se mostra bem claro em ambos prólogos e se vê bem ilustrado na descrição geográfica, por exemplo, uma vez que segue sendo um tanto superficial ao tratar das regiões americanas hispanofalantes – apesar da pequena melhora anteriormente mencionada.

Tal revisão representa, afinal, um passo significativo para que a gramática da *Real Academia Española* se valide como “pan-hispânica”, uma vez que começa a trazer mais dados sobre outras realidades linguísticas que não a espanhola peninsular. No entanto, não aparenta ser de maior interesse da instituição o aumento de representatividade dessas realidades, a não ser que se trate de algo muito importante para descrever a tão desejada “norma do espanhol”. A RAE mostra claramente que o seu entendimento de que a norma deve ser vista como policêntrica (no caso da língua espanhola) não descarta, para a instituição, a existência de um ideal a ser seguido por todos os usuários da língua e, portanto, seja por meio de políticas linguísticas ou pela publicação de obras como a GRAE-2010, seguirá tentando ser a referência-mor dos falantes para chegar a tal ideal.

### Referências

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: Bagno, Marcos (Org.). **Norma Linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2011.



ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

ASENCIO, José J. Gómez. *El trabajo de la Real Academia Española en el siglo XVIII (y después)*. Península: **Revista de Estudos Ibéricos**, Porto. n.5, 2008.

BAGNO, Marcos. Da língua para a linguagem até a linguística. In: Bagno, Marcos: **Língua, linguagem, linguística**: pondo os pontos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014.

COSERIU, Eugenio. Sistema, Norma y Habla. In: Coseriu, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. 3 ed. Madri: Gredos, 1962.

DEL VALLE, J. “Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica”. **Boletín de Filología**, Tomo XLIX, no. 2, 2014.

FARACO, Carlos; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRÍES, Dagmar. “Limpia, fija y da esplendor”. **La Real Academia Española ante el uso de la lengua (1713-1973)**, Alcobendas (Madrid): S. G. E. L. (Historiografía de la Lingüística Española), 1989.

GONZÁLEZ, Juan V. Compendio **de gramática castellana, segun Salvá i otros autores**, Caracas: Almacén de José M. de Rojas, 1849.

MOSKOVITZ, Andre; BARCÍA, Susana R. La RAE y la falacia del panhispanismo: análisis crítico de la preeminencia de España en la vigesimotercera edición del diccionario de la lengua española. **Estudios Lingüísticos**, 2017.

[www.academia.edu/35569025/LA\\_RAE\\_Y\\_LA\\_FALACIA\\_DEL\\_PANHISPANISMO\\_AN%C3%81LISIS\\_CR%C3%8DTICO\\_DE\\_LA\\_PREEMINENCIA\\_DE\\_ESPA%C3%91A\\_EN\\_LA\\_VIGESIMOTERCERA\\_EDICI%C3%93N\\_DEL\\_DICCIONARIO\\_DE\\_LA LENGUA\\_ESPA%C3%91OLA](http://www.academia.edu/35569025/LA_RAE_Y_LA_FALACIA_DEL_PANHISPANISMO_AN%C3%81LISIS_CR%C3%8DTICO_DE_LA_PREEMINENCIA_DE_ESPA%C3%91A_EN_LA_VIGESIMOTERCERA_EDICI%C3%93N_DEL_DICCIONARIO_DE_LA LENGUA_ESPA%C3%91OLA) (Acesso em 10/02/2020).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española**. 8 ed. Espasa-Calpe: Madrid, 1982.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Fundación y estatutos de la Real Academia Española**. Madri: Imprenta Real, 1715. <[www.rae.es/la-institucion/organizacion/estatutos](http://www.rae.es/la-institucion/organizacion/estatutos)> (Acesso em 29/08/2019).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva Gramática de la Lengua Española**. Madri. Espasa Libros. Manual, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Real Academia Española**. <[www.rae.es/la-institucion/historia/origenes](http://www.rae.es/la-institucion/historia/origenes)>. (Acesso em 17/06/2019).

Recebido Para Publicação em 09 de junho de 2020.

Aprovado Para Publicação em 29 de julho de 2020.